

Região Administrativa de Campinas

População

A Região Administrativa de Campinas, nos anos 60 e 70, tornou-se um dos principais eixos de desenvolvimento do Estado de São Paulo, o que lhe conferiu grande dinamismo populacional, só perdendo para a Região Metropolitana de São Paulo.

Composta por 90 municípios, a região conta com uma população projetada de 5,8 milhões de habitantes, o que representa 14,8% da população estadual em 2004. Praticamente 94% da população reside nas áreas urbanas. A menor taxa de urbanização é encontrada em Pedra Bela (24,0%). Em cinco municípios, esses índices atingem 100%: Águas de São Pedro, Hortolândia, Joanópolis, Piracaia e Várzea Paulista. A sede regional, Campinas, apresenta taxa de urbanização de 98,5%.

A densidade demográfica regional é de 214,4 hab./km². Comparando-se os municípios, as disparidades são pronunciadas: o menor índice encontra-se em Analândia (12,4 hab./km²), seguido de Corumbataí (15,5 hab./km²); os maiores são de Hortolândia e Várzea Paulista, superiores a 2.800 hab./km².

Outro aspecto importante é que as mulheres representam a maioria na RA, que exhibe razão de sexo de 98,5 homens para cada 100 mulheres. Vale ressaltar, porém, o predomínio da população masculina em praticamente 59% dos municípios dessa região. Sobressai o município de Itirapina, com razão de 124,4 homens para cada 100 mulheres.

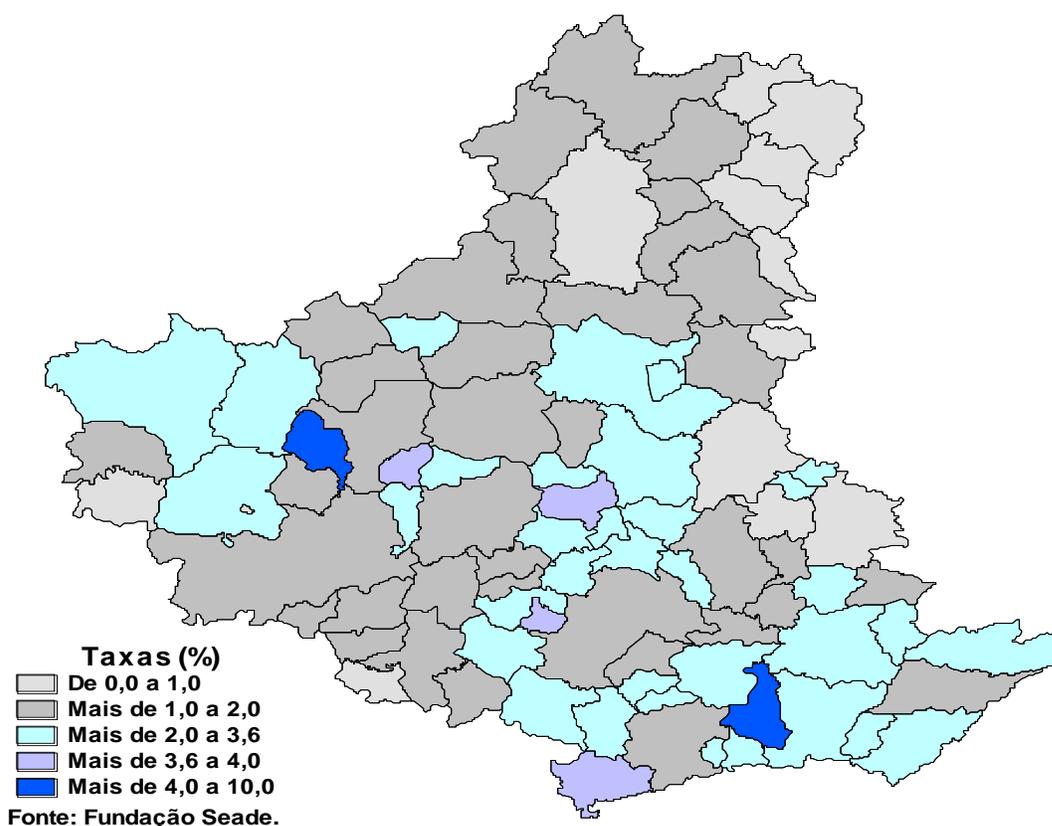
A região tem em sua sede, o município de Campinas, seu maior pólo, concentrando 17,5% da população (mais de 1 milhão de pessoas em 2004). Jundiá, Piracicaba, Sumaré e Limeira representam, junto com Campinas, 37,8% da população regional.

Entre 1991 e 2000, a RA de Campinas contava com uma taxa de crescimento anual superior à média do Estado (2,3% e 1,8%, respectivamente). O município-sede exibiu taxa de 1,5% ao ano. Apenas Rafard registrava taxa de crescimento negativa, ao passo que Cabreúva e Hortolândia exibiam índices superiores a 6,0% ao ano.

Entre 2000 e 2004, seguindo a tendência paulista, a RA apresentou redução no ritmo de crescimento da população, com uma taxa de 1,9% ao ano. Nesse período, o

município-sede cresceu a 1,2% ao ano e as maiores taxas, superiores a 4,0% ao ano, foram encontradas em Cabreúva, Ipeúna e Jarinu (Mapa 1).

Taxa Anual de Crescimento Populacional, por Município
RA de Campinas
2002/2004

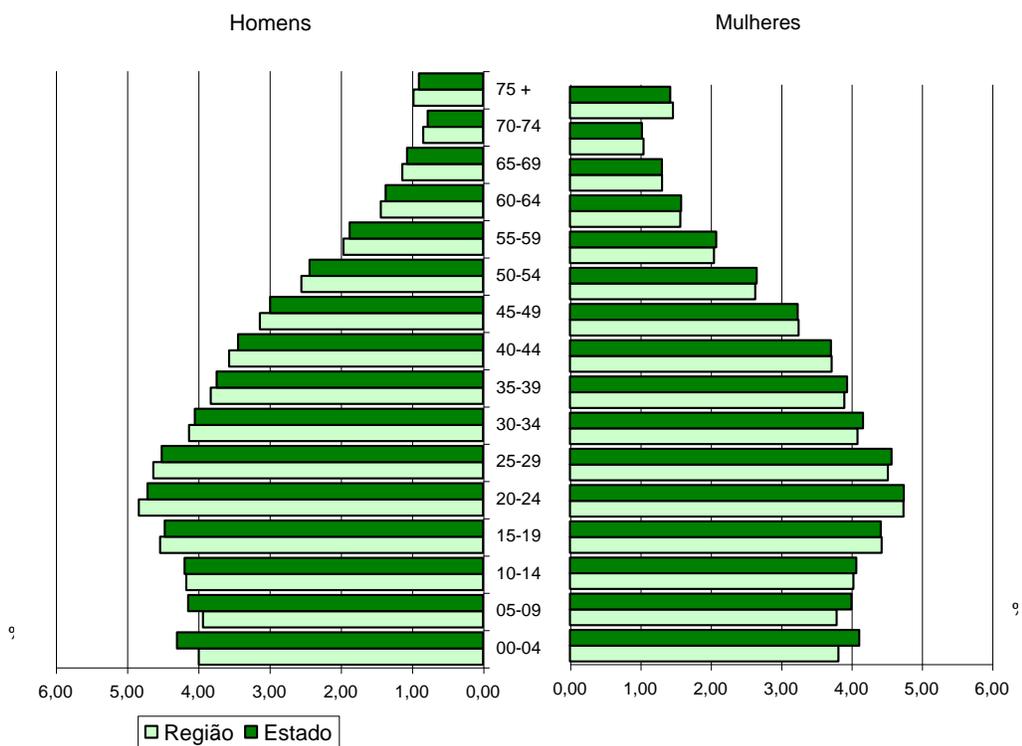


Acompanhando a tendência estadual, a região vem apresentando menor proporção de crianças ou mesmo redução no número absoluto, maior população em idade ativa e proporção crescente de idosos.

Em 1991, 30,7% da população concentrava-se nos grupos de menores de 15 anos, 18,5% representavam a população jovem (15 a 24 anos), 42,7% correspondiam à população entre 25 a 59 anos e 8,1%, aos idosos (60 anos e mais). Em 2004, reduziram-se os grupos de menores de 15 anos (23,7%), aumentou a participação do segmento etário entre 25 e 59 anos (48%) e a dos idosos (9,8%). Os jovens mantiveram sua presença, equivalendo a 18,5% da população.

A estrutura etária da região apresenta-se ligeiramente mais envelhecida que a do Estado, contando com uma pirâmide de base mais estreita, indicativa de uma proporção de jovens relativamente menor, e topo ligeiramente mais largo, resultado de uma proporção maior de idosos (Gráfico 1).

Gráfico 1
Pirâmide Etária da População
Região Administrativa de Campinas e Estado de São Paulo
2004



Fonte: Fundação Seade.

Tabela 1
Distribuição da População, segundo Tamanho dos Municípios
Região Administrativa de Campinas
2004

Tamanho de População	População		Número de Municípios
	N ^{os} Absolutos (1 ^o de Julho)	%	
Total	5.804.848	100,00	90
0 a 10.000 Habitantes	121.961	2,10	20
Mais de 10.000 a 20.000 Habitantes	269.278	4,64	18
Mais de 20.000 a 50.000 Habitantes	779.766	13,43	24
Mais de 50.000 a 100.000 Habitantes	936.187	16,13	13
Mais de 100.000 a 500.000 Habitantes	2.680.413	46,18	14
Mais de 500.000 Habitantes	1.017.243	17,52	1

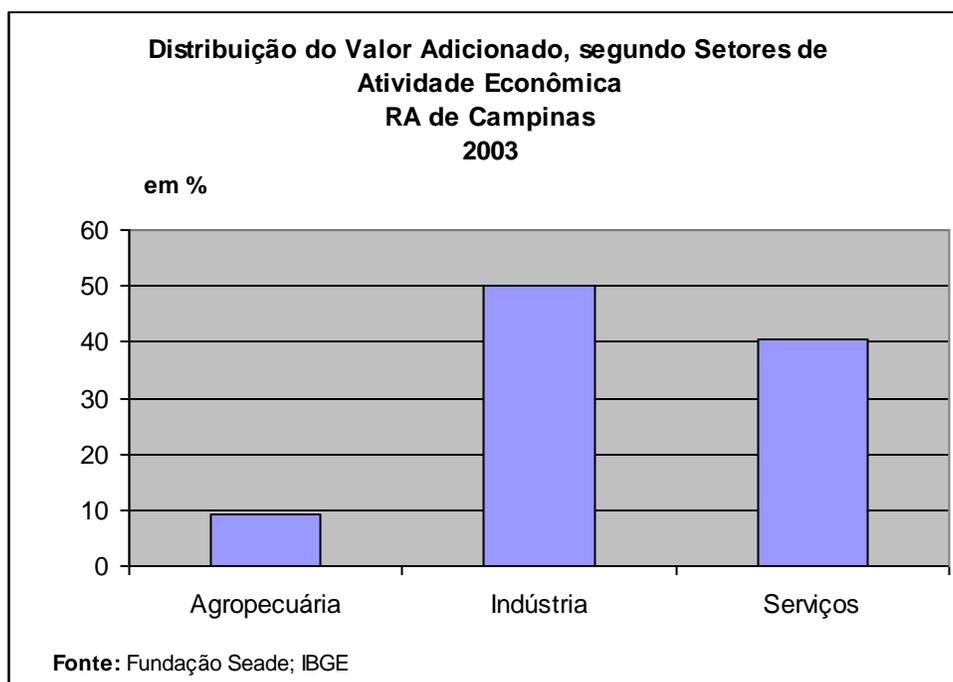
Fonte: Fundação Seade.

Economia

A Região Administrativa de Campinas é a segunda mais importante na geração do PIB paulista em 2003, ficando atrás apenas da RMSP. Sua economia é bastante diversificada, compreendendo a maior concentração industrial do interior, setor terciário dinâmico e primário com alto valor comercial. Este último responde sozinho por 20,0% do VA da agropecuária do Estado, fazendo da RA de Campinas a mais importante região na geração do VA paulista desse setor. Isso ocorre devido à presença de uma agropecuária altamente mecanizada, com uso de sementes de alta qualidade, e das culturas de alto valor agregado, como fruticultura e floricultura, além das tradicionais culturas de cana-de-açúcar e laranja e da criação de gado e de frango.

O parque industrial da RA de Campinas responde por 18,8% do VA industrial paulista e é formado por uma indústria diversificada, destacando-se na participação estadual as seguintes atividades: fabricação e refino de petróleo e álcool; de material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicações; de papel e celulose; de minerais não-metálicos; e a indústria extrativa. No nível regional, chama atenção ainda a fabricação de alimentos e bebidas, de produtos químicos, a montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias e a fabricação de máquinas e equipamentos.

Essa indústria determina, em grande parte, a dinâmica econômica regional, respondendo por 50,1% do VA total da região. Já a agropecuária, apesar de sua reconhecida importância, é responsável por apenas 9,4%. Dessa forma, o setor terciário da RA de Campinas, que participa com 13,8% do VA de serviços do Estado, responde pelos 40,6% restantes do VA total regional. A composição desse terciário é influenciada pela econômica local, no sentido de sustentar a dinâmica produtiva da RA de Campinas. Assim, os transportes e os serviços auxiliares às empresas são as principais atividades desse setor, seguidas pela educação formal.



A atividade econômica da região está bastante concentrada, sendo que, dos cerca de 86 bilhões de reais (17,4% do PIB paulista) gerados na RA de Campinas em 2003, 56,3% estão na RG de Campinas, 15,2% apenas no município-sede. A segunda RG mais importante na geração do PIB regional é a de Jundiaí, que responde por 13,4% do PIB regional, seguida pela de Limeira, com 9,2%. A análise setorial demonstra que a RG de Campinas apresenta participação relevante em todos os setores, no entanto, enquanto concentra 60,7% do VA industrial e 54,2% do VA de serviços, na agropecuária a região responde por 26,3% do valor adicionado, estando atrás da RG de São João da Boa Vista, que participa com 27,6%.

Os municípios de Campinas e Paulínia destacam-se na análise estadual, pois ocupam o quinto e o sexto lugares, respectivamente, entre os municípios com maior participação no PIB paulista em 2003, estando à frente até mesmo de importantes municípios da RMSP. Regionalmente, eles participam com 15,2% e 11,6% do PIB da RA de Campinas, respectivamente. Analisando esses municípios segundo a atividade secundária, nota-se que Paulínia assume a primeira posição em importância na geração do VA industrial, devido à presença da Refinaria de Paulínia – Replan, a maior refinaria de petróleo do país. Já Campinas, o segundo município em importância na geração do VA industrial, possui um parque industrial diversificado e de alta tecnologia. Esses municípios destacam-se também na geração do VA de serviços: Campinas, por concentrar os serviços de alto valor agregado, essenciais à dinâmica econômica regional, além dos serviços de transporte e sociais; e Paulínia, por ser um dos principais centros de abastecimento de combustível do Brasil.

A agropecuária, bem mais desconcentrada espacialmente, tem mais de 20% do VA gerado nos municípios de Mogi Guaçu, Casa Branca e Tambaú, todos grandes produtores de laranja.

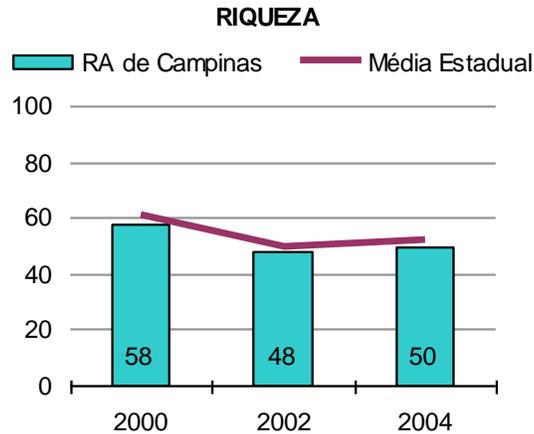
IPRS na Região Administrativa de Campinas

A grande dimensão e alta complexidade constituem as principais características da Região Administrativa de Campinas. Sua importância econômica é revelada pelo IPRS, em que apresenta o quarto indicador de riqueza entre as regiões do Estado. Sua situação social, no entanto, não se mostra tão favorável. Ordenadas as Regiões Administrativas do Estado, segundo os indicadores de longevidade e escolaridade, a RA de Campinas ocupa as posições de número 7 e 11, respectivamente.

A heterogeneidade intra-regional pode ser observada pela distribuição dos 90 municípios da RA nos cinco grupos do IPRS. No Grupo 1, que reúne localidades com bons indicadores nas três dimensões classificam-se 24 municípios; no Grupo 2, que congrega os que possuem bons indicadores de riqueza, mas aspectos socioeconômicos insatisfatórios, incluem-se 20 municípios; no Grupo 3, correspondente a municípios que, mesmo não apresentando indicador de riqueza elevado, exibem indicadores sociais satisfatórios, encontram-se 14 municípios; nos Grupos 4 e 5 foram classificados 16 municípios em cada um. Os dois últimos grupos agregam piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os municípios classificados no Grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor que os do Grupo 5, pois apresentam resultado satisfatório em uma das dimensões sociais.

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão riqueza, entre 2002 e 2004:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços teve crescimento de 12,4 MW a 13,4 MW, sendo a média do Estado, em 2004, de 15,4 MW;
- em 2004, o consumo de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 2,0 MW, sendo a média do Estado, em 2004, de 2,2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal variou pouco, passando de R\$ 1.152 para R\$ 1.177, sendo a média do Estado, em 2004, de R\$ 1.277;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu, no período, de R\$ 15.653 para R\$ 14.631, sendo a média do Estado, em 2004, de R\$ 10.161.



No indicador agregado de riqueza, a Região Administrativa de Campinas cresceu entre 2002 e 2004 no mesmo ritmo que o conjunto do Estado (cerca de 4%). Nota-se um crescimento de aproximadamente 8% no consumo de energia elétrica não-residencial e estabilidade no consumo nas residências.

Assim, das variáveis associadas à renda e ao consumo das famílias somente o salário médio do setor formal teve ligeiro aumento. O valor adicionado fiscal *per capita* apresentou redução em torno de 7%, como a observada no conjunto do Estado.

Somente seis municípios dos 90 da região exibiram decréscimo no indicador de riqueza, os demais ou registraram estabilidade ou crescimento. Esse comportamento é semelhante ao observado no consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário, ao passo que o consumo anual de energia elétrica residencial permaneceu estável nos municípios entre 2002 e 2004, como no total da região.

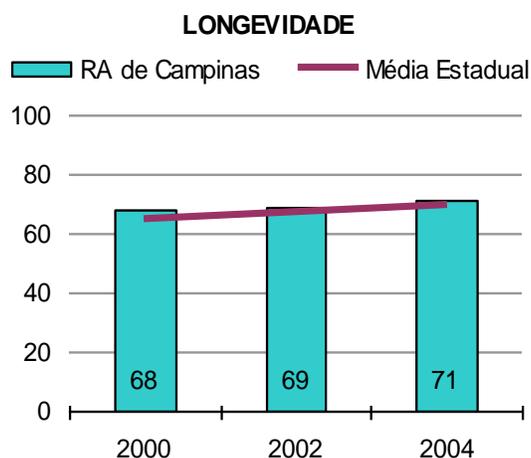
Quanto aos salários médios reais, houve redução em 30% dos municípios, e somente seis apresentaram decréscimos maiores que 10%. Dentre as localidades que registraram aumentos, destacam-se Santa Cruz da Conceição e Vargem, onde os salários médios cresceram mais de 20% entre 2002 e 2004. Já no que diz respeito ao valor adicionado fiscal *per capita*, em cerca de 58% dos municípios observou-se diminuição dos valores em percentuais relativos altos.

O indicador agregado de longevidade apresentou ligeiro aumento ao longo de todo o período analisado, em patamar muito próximo ao do conjunto do Estado. Mais de 30% das cidades elevaram seu escore em pelo menos 5% e apenas seis municípios o diminuíram em 5% ou mais; as demais praticamente ficaram estáveis. Os maiores valores no indicador de longevidade couberam a Cordeirópolis (80), Valinhos, Santo Antonio do

Jardim e Monte Alegre do Sul (todos com 79); em contraste, os menores valores foram registrados por Itobi (53), Socorro (60) e Conchal (61).

Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 2002 e 2004:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) decresceu de 13,8 óbitos para 12,9, sendo a média do Estado, em 2004, de 14,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) registrou redução, passando de 16,2 óbitos para 15,3, sendo a média do Estado, em 2004, de 15,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) também diminuiu de 1,8 óbitos para 1,6, sendo a média do Estado, em 2004, de 1,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) pouco variou, passando de 38,8 óbitos para 38,5, sendo a média do Estado, em 2004, de 38,7.



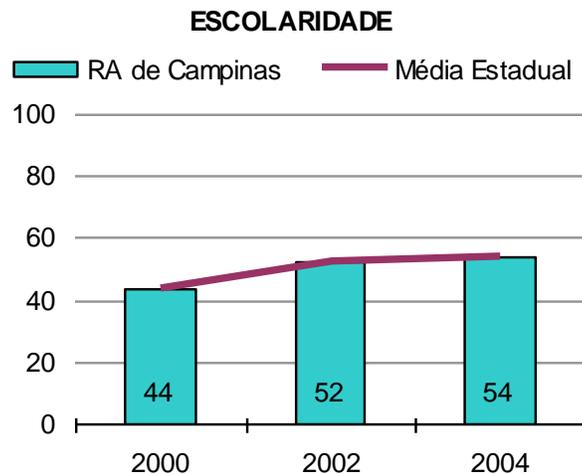
Em alguns municípios, os componentes dessa dimensão são ainda excessivamente elevados, como a taxa de mortalidade infantil em Itobi, Pedra Bela, Vargem e São Sebastião da Gramma, que passa de 23 óbitos por mil nascidos vivos. Em compensação, em Analândia, Santa Gertrudes, Elias Fausto, Monte Alegre do Sul, Cordeirópolis, Louveira e Valinhos não chegam a nove óbitos por mil nascidos vivos. No entanto, deve-se ter cuidado ao analisar o aumento ou a diminuição das taxas em

municípios com população muito pequena, pois tais taxas são bastante afetadas pela variação de apenas um óbito ou um nascimento.

No caso da dimensão escolaridade, a RA de Campinas situa-se num patamar idêntico ao do conjunto estadual (54), tendo registrado o mesmo aumento que o Estado. Somente 11 municípios apresentaram redução no indicador de no máximo 4 pontos, os demais ou se mantiveram estáveis ou registraram acréscimos. Valinhos, Nova Odessa e Americana são os melhores posicionados na região; 49 municípios encontram-se acima da média estadual ou igualam-se a ela. Dentre os 41 municípios da região que não atingiram o escore médio do Estado, os casos mais preocupantes são os de Nazaré Paulista (33) e Várzea Paulista (37), classificados nas últimas posições.

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem esta dimensão, entre 2002 e 2004:

- a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental oscilou de 66,9% para 66,4%, sendo a média do Estado, em 2004, de 68,3%;
- a proporção de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo apresentou ligeiro aumento, passando de 94,0% para 97,3%, sendo a média do Estado, em 2004, de 98,0%;
- a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo permaneceu quase estável, passando de 36,1% para 36,4%, sendo a média do Estado, em 2004, de 37,6%;
- a taxa de atendimento à pré-escola das crianças de cinco e seis anos aumentou um pouco, passando de 78,5% para 80,4%, sendo a média do Estado, em 2004, de 77,0%.



Os avanços mais significativos foram observados especialmente na porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo, com taxas municipais de pelo menos 93%. Nos demais indicadores, alguns municípios apresentaram reduções, ao passo que em 10 deles a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo aumentou pelo menos 15%.

Em uma apreciação geral da RA de Campinas, por meio do IPRS, verifica-se que o indicador regional de riqueza, ligeiramente mais baixo que o do conjunto do Estado, acompanhou o aumento estadual entre 2002 e 2004. Tal resultado decorreu do maior consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços, que compensou a redução do valor adicionado fiscal *per capita* na região.

Quase todos os indicadores de mortalidade na região, sofreram decréscimo, exceto a taxa de mortalidade das pessoas com 60 anos e mais. O comportamento geral nessa dimensão foi favorável, mas grandes esforços ainda são necessários para homogeneizar a RA de Campinas, pois ainda há municípios com taxas de mortalidade infantil muito elevadas.

Por fim, o indicador de escolaridade da região apresentou evolução semelhante ao do Estado, com progressos na eliminação do analfabetismo funcional.